



Em visita ao Recife, professor sul-africano vê governo de maioria negra como grande passo para o futuro

Ilus Romo Filho

"Uma vitória inquestionável". É desta forma que o professor Iain S. MacLean, da Universidade de Harvard e ministro evangélico da Igreja Presbiteriana do Sudeste da África do Sul, se refere ao provável triunfo de Nelson Mandela nas primeiras eleições multirraciais sul-africanas. MacLean está no Recife cumprindo uma série de palestras enfocando o tema "A Igreja e o processo de democratização no Brasil" e acompanhada atentamente todo o desenrolar das eleições na África do Sul e chega mesmo a prever mudanças significativas no país, a partir da inclusão da população negra no cenário político, o que representará um grande passo do futuro governo.

Acredita que inicialmente as coisas não serão muito diferentes de antes. Imediatamente, em função do longo período que o país viveu sob o regime do apartheid, não ocorrerão mudanças significativas. Por conta da fraca economia, a maioria dos negros que estão deixando a escola não encontrarão emprego imediato. Recorda que, em 1976, a população tomando por conta o levante do Soweto, presenciou os estudantes acreditando que a revolução viria logo e acabaram optando pela participação no movimento político, deixando consequentemente os estudos. Os jovens preferiram dedicação integral à política.

Mudanças — Na sua opinião, enquanto a situação política apresenta sinais de mudança rápida, as questões econômicas e sociais, infelizmente, não acompanham o mesmo ritmo. Iain S. MacLean não acredita que a extrema-direita representada pela Frente de Resistência Africana chegue a complicar o futuro. "Uma coisa é certa: eles têm feito ameaças contra o processo democrático na África do Sul nos últimos quatro anos. Deverão ocorrer novos atos de violência. Mas não creio que isso venha resultar numa guerra civil. A extrema-direita tem feito muito alarido, porém isso não corresponde a um poder ou força política que ela tenha na África do Sul", diz ele, acrescentando que, concretamente, a força política africana é diminuta. "Isso fica patenteado no fato de que há mais de 70% da população branca sul-africana referendando o atual processo eleitoral".

Com relação ao comportamento dos zulus liderados pelo Partido Inkatha e pelo rei Zulu, se vão rejeitar o resultado das eleições, MacLean alega ser uma questão interessante. "Os zulus haviam decidido não participar das eleições até terça-feira passada, quando Mandela e o presidente De Klerk encontraram o líder Buthelezi e assumiram como compromisso que Mandela iria conhecê-lo, uma vez eleito, o rei Zulu. É de se esperar que deva ocorrer um acordo mantido, os zulus rejeitem o resultado das eleições".

Para MacLean, a exemplo da extrema-direita, o comportamento dos zulus é uma questão imprevisível.

Ajuda externa — A perspectiva de ajuda financeira de países estrangeiros é boa, diz ele, enfatizando que a questão da nacionalização das empresas estrangeiras que operam na África do Sul não se deve constituir numa preocupação real, uma vez que o Congresso Nacional Africano, a partir da liberação de Nelson Mandela, tornou-se mais liberal e flexível.

no que diz respeito à participação do capital estrangeiro no país.

"Para conseguir tais recursos, é óbvio que Mandela necessitará conter quaisquer explosões de violência e instabilidade social que possam se constituir numa ameaça em relação ao investimento do capital estrangeiro na África do Sul".

Iain S. MacLean estabelece contatos com representantes das igrejas evangélicas (anglicanas, batistas e presbiterianas) bem como com grupos católicos, incluindo visita ao Centro Dom Hélder Câmara. Sexta-feira ele fez palestra para os mestres em Sociologia, Ciência Política e Filosofia, sobre o tema "Igreja e Política na África do Sul", também em outra ocasião para integrantes do Seminário Batista.

MacLean: 70% apoiam mudança

Mandela: sem radicalismo



A Calunga do Recife

Leonardo Dantas Silva

As informações trazidas pelo escritor Alberto da Costa e Silva em seu mais recente livro, *A Enxada e a Lança — A África antes dos portugueses*, editado pela Nova Fronteira em convênio com a Editora da Universidade de São Paulo, vem aclarar muitos enigmas da história e da antropologia brasileira.

A *Calunga* dos nossos maracatus nações, que despertou as atenções de Mário de Andrade, em comunicação ao 1º Congresso Afro-Brasileiro do Recife (1934), e de Guerra Peixe, in *Maracatus do Recife* (Recife, Fundação de Cultura, 1980, 2ª ed.), tem agora a sua origem definida pelo escritor Alberto da Costa e Silva, atualmente embaixador do Brasil em Bogotá, vinculando-a às tradições dos povos abundos cujos chefes “custodiavam uma boneca de madeira, a *Lunga* ou *calunga*”.

“Cada *lunga* vivia num determinado curso d’água. E era guardada por uma linhagem, cujo chefe conhecia o segredo da comunicação com as forças espirituais que a boneca continha. Essa linhagem sobrepunha-se às demais e seu chefe possuía autoridade territorial sobre toda a área banhada pelo riacho ou pedaço de rio onde morava a *lunga*”.

Era ele quem alocava as terras a novas famílias que para ali quisessem mudar-se e, paulatinamente, senhor das chuvas e da fertilida-

de da terra, passou a receber tributos e a concentrar riqueza e poder. Estabeleceu-se também uma hierarquia entre os vários guardiães de *calungas*: o custódio da estatueta do rio principal era mais importante do que o dos riachos tributários, a graduação da autoridade fazendo-se conforme a hidrografia”.

No Recife a *Calunga* se liga ao cortejo das nações africanas, do qual se originou o nosso maracatu a partir da primeira metade do século XIX, segundo esclarece a mesma fonte: “Mantendo-se em segredo, os vínculos entre grupos abundos, num segredo auxiliado pela ignorância dos senhores de escravos, tinham os chefes vendidos de mostrar a fonte do seu poder — e já agora também penhor de unidade do grupo ao Brasil —, a *Calunga*”.

Até em nossos dias a *Calunga* faz parte do ritual do maracatu, encarnando nos seus *axés* a força dos antepassados do grupo. Em sua honra são cantadas, ainda dentro da sede, as primeiras loas, quando a *Calunga* é retirada do altar pela dama-do-passo e passa às mãos da rainha, que entrega à baiana mais próxima e assim se sucede, de mão em mão, até retornar novamente às mãos da soberana.

No Maracatu Elefante, pesquisado entre 1949-52 pelo musicólogo Guerra Peixe, três *calungas* se destacavam: *Dona Emília*, *Dom Luise Dona Leopoldina*.

Para a *calunga* Dona Emília eram dedicadas as maiores aten-

ções. A ela era entoada a primeira toada, referida acima, na cerimônia também denominada de “a dança da boneca”; “a ela também eram consagrados os cânticos *mais fortes*; é essa a principal boneca levada à porta da igreja de Nossa Senhora do Rosário; com ela o Maracatu Elefante dança diante dos terreiros (de Xangô) visitados. É nas canções oferecidas à Dona Emília que os músicos executam o ritmo de Luanda — o toque ‘para salvar os mortos’ ou *eguns*”; in *Maracatus do Recife*.

Dom Luís, segundo Guerra Peixe, representa “um rei africano”, sendo por isso considerado como “Rei do Congo”, pelos membros do grupo; numa clara referência aos primórdios do folgado, coincidindo com a crença de que os poderes da *Calunga* estariam ligados aos seus ancestrais africanos, como bem enfoca esta loa: “A bandeira é brasileira/ Nosso rei veio de Luanda/ Ôi, viva Dona Emília/ Princesa Pernambucana”.

Com a morte de Dona Santa (Maria Júlia do Nascimento), Rainha do Maracatu Elefante, em 1962, a original Nação do Elefante deixou de desfilar e suas três *calungas*, juntamente com outros pertences, estão hoje recolhidos ao Museu do Homem do Nordeste da Fundação Joaquim Nabuco, no Recife.

Leonardo Dantas Silva é jornalista profissional e escritor

Abolição da escravatura é lembrada

Palestras, apresentação de grupos folclóricos, como caboclinhos e capoeira e exibição de uma peça teatral, são alguns dos itens da programação que a Fundação Joaquim Nabuco elaborou, para comemorar, hoje, no Engenho Massangana, no Cabo, o 13 de maio, data consagrada à Abolição da Escravatura. O tema da palestra, segundo os organizadores do evento, é mais um questionamento sobre "... que escravatura foi abolida..."

Enquanto o Centro Científico e Cultural Engenho Massangana, da Fundaj, elabora as festividades, na Assembléia Legislativa o deputado Humberto Costa fez, ontem, uma reciclagem em torno do assunto, indagando, dentre outras coisas, "se houve realmente abolição para um povo que começou a sua trajetória nos porões dos navios negreiros, passando pelas senzalas, ficando raízes nas favelas das cidades grandes e sendo explorado na rude vida do campo".

Segundo o deputado, "lamentavelmente, a sociedade brasileira, apesar de alardear a sua democracia racial, discrimina seres, manifesta preconceitos, usa eufemismos e imagens estereotipadas para fazer referências aos negros. A real abolição passa pela luta pelo reconhecimento, por espaço, pelo direito à igualdade. Por tudo isso, os movimentos negros resistem a considerar o 13 de Maio como uma data de libertação. Não aceitam e escolheram o dia 20 de novembro como "Dia Nacional da Consciência Negra".

Na opinião de Humberto Costa, a escolha desse dia é importante e serve para evocar a figura lendária de Zumbi. "o exemplo dignificante da resistência dos quilombos e a própria existência da República dos Palmares.

■ Negros contestam o dia 13 de maio

Vários grupos negros de Olinda fizeram manifestação, ontem, para protestar contra “a falsa libertação dos escravos”, e, ao mesmo tempo, festejar a vitória de Nelson Mandela, eleito o primeiro presidente negro da África do Sul. Os grupos afros Axé, Axé da Lua, Banda Azande Kauã, Arco-Íris, Senzala, Associação de Capoeira Ginga do Corpo Negro, e outros, saíram do Largo do Guadalupe, às 20h, acompanhados por carro de som e cantando músicas de protesto contra a data oficial da libertação dos escravos a qual, segundo eles, deveria ser 20 de novembro, quando o líder negro Zumbi dos Palmares foi assassinado.

